



AUMENTAR AS TARIFAS DOS TRANSPORTES NÃO É SOLUÇÃO

1. Por decisão do Governo do PS, a partir de 1 de Novembro, as tarifas dos transportes públicos sofrerão **um aumento geral de 25%**.

Trata-se do segundo aumento de tarifas no curto período de 10 meses, tendo o primeiro ocorrido em Janeiro de 1976 e representado um agravamento de 40%.

2. Os aumentos de tarifas que agora entrarão em vigor representam um sério **factor de agravamento do nível de vida dos trabalhadores, atingirão de forma acentuada os orçamentos familiares e**, por isso, não poderão deixar de causar justificada apreensão e descontentamento.
3. **O PCP manifesta o seu firme desacordo** com mais esta concretização de uma política que, mostrando-se incapaz de enfrentar as verdadeiras causas dos problemas, se limita a fazer pagar aos trabalhadores a crise da economia nacional, não apresentando qualquer perspectiva de solução para os problemas de fundo.

4. Com efeito, não basta invocar os elevados prejuízos do sector dos transportes para tentar justificar a duvidosa inevitabilidade de aumentos de tarifas perante os utentes e os trabalhadores do sector, a quem não cabem responsabilidades por essa grave situação.

A ausência completa de medidas tendentes à racionalização do sector, nomeadamente, através da reorganização das empresas, da eliminação de concorrências inadmissíveis entre operadores, do controlo governamental do custo de factores produtivos (combustível, equipamento, etc.); o atraso no estudo da questão fulcral do horário de trabalho; a falta de coordenação entre o caminho-de-ferro e os transportes rodoviários; a falta de dinamismo na gestão das empresas nacionalizadas do sector, como fruto de incompetência e desinteresse de muitos dos gestores nomeados pelo Governo, são alguns dos **verdadeiros problemas que deveriam exigir atenção urgente e prioritária do Governo.**

Aumentar sucessivamente as tarifas sem dar resposta àqueles problemas, é apenas adiá-los e agravá-los, em prejuízo do público e da economia nacional.

5. É certo que, ao mesmo tempo que decretava os aumentos das tarifas, o Governo anunciava a criação de passes "sociais" para transportes suburbanos e em alguns centros urbanos.

Mas a realidade é que se trata de simples passes comerciais que, não sendo utilizáveis aos domingos, e tendo em conta uma média de dias de trabalho da ordem dos 21 dias, apenas conferirão, a quem viajar 2 vezes por dia, cerca de 10% de desconto. Esta modalidade de passes representará até para bastantes utentes uma redução de maiores descontos que usufruíam, como era o caso do bilhete de ida e volta, sem prazo de validade. Acresce ainda que o facto de os passes ditos "sociais" serem por percurso e não por área e com validade **por concessionário**, levará muitos utentes de percursos servidos por vários concessionários a não poder beneficiar de tais passes.

6. O Governo comete uma vez mais o grave erro de pensar e agir como se os problemas económicos do país se pudessem resolver com o agravamento dos preços, com restrições inadmissíveis à contratação colectiva e ao direito à greve, com a facilitação de despedimentos, com uma política económica voltada contra os interesses dos trabalhadores e caracterizada por constantes cedências ao patronato reaccionário.

Com uma tal política, a economia nacional caminhará não para a reanimação e o desenvolvimento mas para a desorganização e o descabro que a direita reaccionária procurará aproveitar em seu favor.

Mas os trabalhadores e as massas populares, sabem que as "soluções" da direita seriam o brutal agravamento das condições de vida dos trabalhadores, a alta galopante do custo de vida, as limitações das liberdades sindicais e dos direitos dos trabalhadores, a exploração desenfreada e a repressão.

7. O PCP insiste em que é possível vencer a crise económica e financeira, ultrapassar as dificuldades actuais e abrir caminho para a reanimação da economia nacional. Mas, para tanto, é necessário definir e executar uma política económica progressista, ao serviço do povo e do país, que conte com o apoio e a confiança dos trabalhadores portugueses, que enfrente os problemas em vez de os adiar, que se oriente pela perspectiva da Constituição e não pelas receitas do capitalismo monopolista.

A acção firme e unida dos trabalhadores e das massas populares em defesa dos seus interesses e aspirações e a crescente unidade de todos os democratas e antifascistas, são factores essenciais para que, tão breve quanto os interesses da consolidação da democracia portuguesa o exigem, se concretize **uma solução democrática e de esquerda, a única que pode fazer frente aos problemas políticos, económicos e sociais do momento presente.**

Lisboa, 25 de Outubro de 1976

**A SECÇÃO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA
DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**